

O enquadramento ético e político do Mercado: Reflexões programáticas para uma Socioeconomia Prática

PETER ULRICH*

RESUMO: As abordagens socioeconómicas, segundo o autor do artigo, são particularmente adequadas para uma superação do racionalismo económico inerente à economia neoclássica “pura”. Pretendendo esboçar cinco etapas de compreensão em ordem a tornar possível uma nova abordagem à realidade da economia, o artigo começa por alertar para o perigo que seria deitar fora o “bebé” da racionalidade económica juntamente com a água do economicismo, ou seja, faz-nos cair na conta do perigo que seria transformar a ciência da economia numa mera sociologia da vida económica. Neste caso, com efeito, o determinismo da economia, centrado numa visão que faz do ser humano um mero agente económico orientado para a maximização do lucro, daria apenas lugar ao determinismo sociológico, ou seja, ao exagero de uma concepção supersocializada do ser humano. Assim, em ordem a sugerir uma porta de saída para esta alternativa equivocada, o artigo sugere, entre outras coisas, a necessidade de se proceder, com base numa sólida filosofia política e na regulamentação ética da actividade económica, a uma viragem pragmática da socioeconomia. No final de contas, é com base na praxis que a socioeconomia tenta justificar os seus próprios princípios de orientação e, desse modo, expor caminhos viáveis para o desenvolvimento de uma economia fundada na razão e enquadrada numa sociedade bem ordenada de cidadãos livres e iguais.

PALAVRAS-CHAVE: Acção; Aristóteles (384-322); Cidadania; Ciência económica; Determinismo; Economia política; Economia, Epistemologia da; Economicismo; Interesse; Justiça; Liberalismo; Liberdade; Lucro; Mercado; Modernidade; Racionalidade económica; Rawls, John (1921-2002); Razão; Smith, Adam (1723-1790); Socioeconomia; Sociologismo; Weber, Max (1864-1920).

ABSTRACT: To get past the economic rationalism of “pure” neoclassical economics, a socio-economic approach may be appropriate. There is a danger, however, that the baby of economic rationality is thrown out with the bathwater of economicism and only the sociology of economic life remains. Economic determinism (i.e. the benefit-maximizing economic man) would be replaced by sociologic determinism (i.e. an oversocialized conception of man). To escape this bad alternative, socio-economics needs a practical turn: it has to be founded on political philosophy and economic ethics. On this base, practical socio-economics could justify guiding principles and

* Universität St. Gallen (St. Gallen, Suíça). – Tradução de Marcelo de Aguiar Coimbra e Johannes Hirata; revisão (e adaptação) de João J. Vila-Chã.

explain ways of a reasonable economy embedded into a well-ordered society of free and equal citizens. This paper outlines five mental steps toward such an approach.

KEY WORDS: *Action; Aristotle (384-322); Citizenship; Determinism; Economic rationality; Economicism; Economics; Epistemology of economics; Freedom; Interest; Justice; Liberalism; Market; Modernity; Political economy; Profit; Rawls, John (1921-2002); Reason; Smith, Adam (1723-1790); Socio-economy; Sociologism; Weber, Max (1864-1920).*

A ciência económica, mais do que o comum das disciplinas académicas, vê-se permanentemente confrontada com a necessidade de determinar e de delimitar o seu próprio objecto de conhecimento. Naturalmente, isso tem muito a ver com a sua própria natureza, já que o “tema” da ciência económica é um aspecto da própria praxis social, a qual, evidentemente, se encontra num estado de permanente evolução. Com efeito, na medida em que a ciência económica encontra a sua própria justificação epistemológica na explicação científica da praxis social humana (objectivo teórico) ou manifesta ser seu objectivo dar a esta mesma acção a sua forma mais correcta (objectivo prático), torna-se também claro que a economia como ciência está destinada a evoluir à medida da evolução do seu próprio objecto de conhecimento. Mais ainda, na medida em que a ciência económica tem a pretensão de indicar caminhos de desenvolvimento para essa porção da praxis social a que se dá o nome de *economia*, então torna-se claro reconhecer que a ciência económica deve não apenas *imitar* de forma teórico-modelar a mencionada evolução, mas deve ser igualmente capaz de indicar e de fundamentar modelos de desenvolvimento, mesmo prescritivos, para essa evolução da praxis socio-económica. Por outras palavras, a ciência económica deve ter a capacidade de reflectir sobre o papel da actividade económica no contexto de uma sociedade em processo de transformação, ou seja, ela deve ser capaz de pensar e de reflectir sobre si mesma, bem como sobre o seu próprio objecto de estudo, em termos de uma economia *socialmente enquadrada*¹.

É bem conhecido, porém, o facto de que em nossos dias a, ainda dominante, economia-padrão se orienta por critérios bem distintos, precisamente na medida em que ela se compreende a si mesma, bem como ao seu real objecto, como *disembedded*, ou seja, “purificada” de toda a contaminação polí-

¹ POLANYI, Karl – *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Foreword by Joseph E. Stiglitz; introduction by Fred Block. 2nd Beacon ppb. ed. Boston, Mass.: Beacon Press, 2001; ULRICH, Peter – *Transformation der ökonomischen Vernunft: Fortschrittsperspektiven der modernen Industriegesellschaft*. 3. rev. Aufl. Bern; Stuttgart: P. Haupt, 1993; GRANOVETTER, Mark – “Economic action and social structure: The problem of embeddedness”. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (ed.) – *The Sociology of Economic Life*. Boulder: Westview Press, 1992, pp. 53-81.

tico-social², julgando-se desde há muito emancipada da sua matriz disciplinar, a qual se encontra na filosofia prática e política, crendo-se, pois, uma ciência da economia autónoma³. Esta auto-compreensão (e somente neste sentido utilizarei a ideia de ciência económica, funcionando como expressão genérica a de *economia social*) constitui, sem dúvida alguma, reflexo de um específico contexto histórico. Este, porém, experimenta actualmente uma possível mutação epocal, motivo suficiente para um renovado esforço, historicamente não voltado para o passado, mas antes voltado para o futuro, em direcção a uma recontextualização sistemática do modelo vigente de pensamento económico, certamente demasiado fechado sobre si mesmo. Isto aplica-se tanto aos modelos teóricos por meio dos quais ela explica o mundo económico, como à orientação prática, que é capaz de considerar a política económica como um aspecto particular de uma visão de política social mais alargada. Em ambas dimensões e desde há algum tempo estão em curso desenvolvimentos muito interessantes. Ao mesmo tempo que princípios de uma *socioeconomia teórica* (capazes de, criticamente ou acriticamente, estar em contacto com ela) se vão impondo por virtude dos limites explicativos da ciência económica, os projectos orientados para uma economia social prática de teor sociopolítico são ainda amplamente limitados ou negados pelo *mainstream*⁴, precisamente na medida em que a socioeconomia coloca em causa a auto-compreensão da economia como refúgio de uma ciência livre de valores. Porém, da lógica inerente à actividade económica deriva precisamente que a economia social não pode ser uma *pura* teoria, antes deve inevitavelmente, de forma explícita ou implícita, assentar sobre concepções normativas do que seja uma sociedade *bem ordenada* e um *bom* desenvolvimento económico no âmbito da mesma. Assim, neste artigo, o que pretendemos fazer é mostrar por que razão, em última instância, pertence às consequências da abertura socio-científica da economia o abrir-se à dimensão ético-económica e político-filosófica da reflexão sobre as suas próprias premissas normativas de modo a alcançar o horizonte de uma economia de cariz social. Por outras palavras, a realidade do mercado encontra-se permanentemente enquadrada num âmbito de pensamento filosófico-político e ético-económico. A pergunta é apenas saber qual.

As reflexões programáticas aqui apresentadas mais não podem fazer do que sugerir alguns temas. A teia de pensamentos que aqui oferecemos liga entre si, antes de mais, cinco pontos de vista, a cada um dos quais dedicaremos uma secção do nosso texto. Eles têm a ver com as seguintes considerações: 1. A constância teórico-histórica de uma determinação identitária de

² KRÜSELBERG, Hans-Günter – “Property Rights-Theory und Wohlfahrtsökonomik”. In: SCHÜLER, Alfred (Hrsg.) – *Property Rights und Ökonomische Theorie*. München: Vahlen, 1983, p. 58.

³ ALBERT, Hans – *Ökonomische Ideologie und politische Theorie: Das ökonomische Argument in der ordnungspolitischen Debatte*. Göttingen: O. Schwartz, 1954, p. 3.

⁴ ULRICH, Peter – *Transformation der ökonomischen Vernunft*, cit., pp. 341 s.

natureza dualística, sempre de novo problematizada, da ciência económica; 2. A impossibilidade de formular, em princípio, o que seja um “problema económico” autónomo, bem como a consequência sistemática que daí deriva para a economia, a saber, a inevitabilidade de esta ser uma socioeconomia; 3. A articulação metódica entre a esfera de actividade económica por parte de homens e mulheres livres e uma ciência económica que realmente leve estes a sério enquanto *sujeitos* da actividade económica; 4. O determinismo sociológico como explicação sistemática das razões pelas quais uma mera socioeconomia teórica é incapaz de tomar a sério a actividade económica dos cidadãos; e 5. Os pontos de apoio, descritos da forma mais parcimoniosa possível, de uma socioeconomia prática, capaz de conceber a racionalidade da actividade económica no quadro de uma sociedade bem ordenada e composta por cidadãos livres e dotados de direitos iguais.

1. Economia contextual: O dualismo disciplinar da ciência económica no contexto da evolução histórico-cultural

Enquanto disciplina do saber, a economia sempre experimentou, desde a sua origem, uma determinação de tipo dualista. Não é por acaso que Aristóteles trata da economia na sua obra sobre a política. Enquanto esta se ocupa com o “problema da constituição da polis”, tal como o determina no final da *Ética a Nicómaco*⁵, Aristóteles considera que o próprio da Economia é ocupar-se da arte de governar a casa, ou seja, daquele âmbito em que se trata da disposição das coisas “necessárias para a vida e úteis para a comunidade estatal e doméstica” (*Política*, 1256b). A assim definida *oikonomia* encontra, deste modo, a sua justa medida em representações éticas da vida boa e da vida em comum entre os seres humanos. Desta delimita Aristóteles como segunda possível forma e doutrina económica a “arte da aquisição” ou *crematística*, a qual visa a autonomização e, consequentemente, a multiplicação infinita do património financeiro como um fim em si mesmo, o qual não deixava de ser julgado como uma degeneração. “Com efeito, o património necessário e suficiente para uma vida vivida de acordo com a sua finalidade, de forma alguma se prolonga no infinito” (*Política*, 1257a). A medida justa é dada pela boa constituição da *polis* e pelas necessidades práticas da vida do *oikos*. A vida cultivada dos cidadãos, ou seja, dos homens e mulheres livres, desenvolve-se mediante actividades espirituais, políticas, ou artísticas; apenas a vida dos escravos e da gente vulgar, ou seja, aqueles que deviam viver do seu próprio trabalho, deveria estar dominada pela mera gestão das necessidades económicas da vida: “Quem para tal tiver os meios que lhe permitam não se

⁵ ARISTÓTELES – *Ética a Nicómaco*. Tradução do Grego e notas de António de Castro Caeiro. 2.ª edição. Lisboa: Quezal Editores, 2006, 1181b.

dedicar directamente ao assunto, antes lhe permitam deixar o assunto nas mãos de um administrador; tal como os senhores, podem dedicar-se à Política ou à Filosofia” (*Política*, 1255b).

A diferença sistemática entre *oikonomia* e *crematística* não é outra que aquela que existe entre uma economia inserida no mundo da vida e uma obstinada autonomização da economia. Este último domínio era para Aristóteles apenas objecto de crítica. A sua generalização reflectida até ao ponto de se tornar numa noção abrangente do que seja uma disciplina económica autonomizada haveria de se tornar concebível apenas num contexto completamente diverso, a saber, o da burguesia proprietária associada com os começos da modernidade. Este individualismo possessivo⁶, o qual na perspectiva aristotélica teria representado uma atitude vital profundamente banal, está radicado na transformação religiosa, especialmente de matriz calvinista, da “bênção do dinheiro” num sinal divino de eleição⁷. “Pois se aquele Deus, que o Puritano reconhece como actuante em todas as disposições da vida, mostra a um dos seus uma possibilidade de lucro, então ele tem aí mesmo a realização da sua intenção. Com isso, é claro que quem acredita em Cristo deve seguir este apelo, precisamente na medida em que se faz útil”⁸. No contexto desta “interpretação providencial do mundo da economia”⁹ brota no âmbito da modernidade ocidental uma ampla *desinibição* moral do “espírito de aquisição” burguês ou do “sentido de negócio”, o qual encontra a sua expressão política no programa liberal de promoção institucional do desejo de aquisição. Com o usual atraso, a correspondente desconexão de um sistema de economia de mercado em “sentido próprio” do mundo da vida ética e politicamente determinado foi *imitada* no plano académico, nomeadamente mediante a dissolução do enquadramento ético-político da Economia Política clássica através da instauração do programa neoclássico de uma “ciência económica pura”¹⁰. Este é, em regra, o sentido da mais recente noção de *economia*, uma que faz questão de se compreender como ciência livre de valores e, nesse sentido, objectiva. Seja como for, e por mais que ela a si mesma se compreenda como objectiva e desprovida de compromissos de valor, a verdade é que, enquanto tal, ela permanece, em última instância, uma modelação consequente da visão do mundo *burguesa* centrada no individualismo possessivo. O pressuposto económico de base de toda a ciência económica neo-clássica

⁶ MACPHERSON, Crawford B. – *The Political Theory of Possessive Individualism: Hobbes to Locke*. Oxford: Clarendon Press, 1969.

⁷ WEBER, Max – “Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus”. In: WEBER, Max – *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. Band I. Tübingen: Mohr Siebeck, 1988, pp. 17-206 (p. 110).

⁸ Ibidem, pp. 175 s.

⁹ Idem, p. 172.

¹⁰ SCHUMPETER, Joseph Alois – *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908, pp. 23 s.

consiste na convicção de que uma sociedade bem ordenada só poderá emergir mediante a lógica mercantil da troca recíproca de vantagens entre proprietários individualistas, ou seja, pressupõe-se uma *sociedade* de mercado em vez de uma economia de mercado enquadrada numa sociedade regulada por princípios éticos superiores¹¹.

A teoria, que em sua própria auto-compreensão pretende não fazer mais do que explicitar a mais “pura” *ratio* económica do “livre” mercado ideal, provém, paradoxalmente, de uma visão do mundo profundamente religiosa, a qual mediante a sua, hoje diríamos de tonalidade fundamentalista, “certeza da Graça”¹² representa precisamente o contrário da razão crítica iluminista e da ciência, facto que em boa parte explica a blindagem do programa teórico neoclássico bem como a sua cada vez mais notável reacção defensiva perante a crítica proveniente de quadrantes mais heterodoxos. Com efeito, os “fundamentalistas caracterizam-se pelas suas posições de contraposição seja em relação às interpretações religiosas modernistas seja em relação à decadência da sociedade em relação às normas propostas pela religião”¹³. Isto aplica-se também aos fundamentalistas do mercado, precisamente na medida em que estes *acreditam* na metafísica de um mercado completamente desenquadrado de correlações éticas e políticas. Para estes autores (ou actores), o dualismo entre *oikonomia* e *crematística* reduz-se a uma perspectiva unidimensional da ciência económica (ou, melhor, na perspectiva aristotélica, da *crematística*) entendida como “pura” lógica sistémica da economia de mercado, desconsiderando todas as referências a aspectos vitais da vida boa e da justa convivência entre os seres humanos, ou seja, deixando de fora, por lhe serem completamente estranhos, os elementos e as considerações próprias ao mundo económico de matriz social.

Em contraposição a esta visão, porém, os clássicos da Economia Política podem ser especificamente caracterizados pelo facto de terem percebido o dualismo específico inerente à actividade económica tal como o mesmo tinha sido identificado por Aristóteles. Nesse sentido, Adam Smith não buscou a superação (reducionista no sentido esboçado), mas antes uma renovação em termos modernos da concepção aristotélica de uma economia enquadrada ética e politicamente. Ele projectou uma economia liberal como parte sistemática – e não como essência isolada! – de uma sociedade livre e justa. Com efeito, Adam Smith tornou-se economista em ordem a poder contribuir para a solução de um determinado problema filosófico-moral, nomeadamente o relativo à fragilidade dos vínculos morais existentes entre indivíduos livres.

¹¹ ULRICH, Peter – *Integrative Wirtschaftsethik: Grundlagen einer lebensdienlichen Ökonomie*. 3. rev. Aufl. Bern; Stuttgart; Wien: Haupt, 2001, p. 190.

¹² WEBER, Max – “Die protestantische Ethik...”, cit., p. 110.

¹³ MEYER, Thomas – *Fundamentalismus: Aufstand gegen die Moderne*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1989, p. 84.

A *integração sistémica* funcional mediante o entrelaçamento de interesses económicos no mercado representa para Adam Smith apenas um insuficiente substituto parcial da *integração social* da sociedade mediante vínculos morais¹⁴. O suposto “problema-Adam-Smith”, ou seja, como conciliar o seu *Theory of Moral Sentiments* e a *Wealth of Nations*, não foi de forma alguma um problema para o próprio Adam Smith¹⁵. O contexto ético-político da economia de mercado concebido segundo uma pluralidade de camadas (*sympathy* entre os seres humanos, *general rules* no sentido de normas sociais, *laws* entendidas como leis do Estado de Direito, e, a partir daí, na ordem natural do cosmos, a efectiva *invisible hand* do criador como instância de garantia) permaneceu constitutivo da sua *Economia Política em perspectiva moral-filosófica*.

A grande ironia da história da influência de Adam Smith tem a ver com o facto de a sua tentativa de renovação moderna da síntese aristotélica ter sido prevalentemente (mal-)entendida pelos seus epígonos como uma justificação do programa político de despedida precisamente desse enquadramento ético-político da economia. Mas uma tal inversão só foi possível devido ao facto de que com demasiada frequência apenas uma parte da obra de Adam Smith era lida, nomeadamente a *Wealth of Nations*. A consequência sistemática da resultante separação teórica entre uma ciência sistémica “pura” da economia de mercado e o seu contexto socioeconómico haveria de se revelar fatal, forçando os economistas “puros” de matriz neoclássica a determinar as qualidades morais dos sujeitos da economia e da ordem social, as quais Adam Smith ainda concebeu como *pressupostos* normativos da economia de Mercado, como não sendo mais do que os bons *efeitos*, determinados por *leis* da economia, do mercado totalmente liberalizado, ou seja, dos mercados abertos e da mais eficiente concorrência. A lógica mercantil consistente na troca de vantagens mútuas acabou, assim, por se transformar em sinónimo de racionalidade económica pura e simples.

Durante o assim chamado conflito metodológico que se deu no âmbito da ciência económica na Alemanha, o qual ocorreu em duas fases entre a escola histórico-ética e os primeiros neoclássicos¹⁶, o dualismo entre economia social e economia sistémica permaneceu ainda virulento, até que finalmente a corrente de pendor neoclássico e de matriz anglo-saxónica acabou,

¹⁴ ULRICH, Peter – “Der kritische Adam Smith – im Spannungsfeld zwischen sittlichen Gefühl und ethischer Vernunft”. In: MEYER-FAJE, Arnold; ULRICH, Peter (Hrsg.) – *Der andere Adam Smith: Beiträge zur Neubestimmung von Ökonomie als politischer Ökonomie*. Bern; Stuttgart; Wien: Haupt, 1991, pp. 145-190.

¹⁵ PATZEN, Martin – “Zur Diskussion des Adam-Smith-Problems: Ein Überblick”. In: MEYER-FAJE, Arnold; ULRICH, Peter (Hrsg.) – *Der andere Adam Smith: Beiträge zur Neubestimmung von Ökonomie als politischer Ökonomie*. Bern; Stuttgart; Wien: Haupt, 1991, pp. 21-54.

¹⁶ Cf. BIESECKER, Adelheid; KESTING, Stefan – *Mikroökonomik: Eine Einführung aus sozial-ökologischer Sicht*. München; Wien: Oldenbourg, 2003, pp. 110 s.

em larga medida, por se impor. A *Associação para a Política Social* (*Verein für Socialpolitik*), que hoje representa a corporação dominante entre os economistas de língua alemã, ainda que escrevendo cada vez mais na língua inglesa, leva consigo, por ironia do destino, o nome dos seus entretanto, por diversos mecanismos de representação, quase completamente cooptados opositores e cuja posição essa associação, no momento da sua fundação, precisamente pretendia reforçar. Expressão dessa quase total vitória da economia sistémica “pura” é o próprio facto de em 1989, aproximadamente cem anos depois da sua fundação, esta associação de economistas de língua alemã ter regressado à problemática ético-social da economia entretanto perdida mediante a criação de uma comissão especial para o estudo das relações entre a ciência económica e a ética, muito embora mesmo no âmbito desta comissão a inversão ou a redução da ética da economia a uma mera moral económica constitua o interesse cognitivo dominante. Seja como for, a verdade é que com isso se tornou de novo possível a introdução no âmbito da ciência económica de um dualismo metódico e de perspectiva. Desde então que aquilo que pode e deve ser considerado como constitutivo da delimitação do problema científico da economia passou a ser reconhecido e respeitado, em princípio, como sendo uma questão séria no âmbito da fundamentação da disciplina.

2. O problema com o “problema económico”

O núcleo de cristalização na determinação da identidade de um posicionamento sobre a economia no âmbito do já mencionado espaço dualístico é a pré-compreensão ou a definição do problema económico específico. Este gira em torno da questão de saber como é que devemos lidar com a escassez de recursos e de bens de uma forma racional; trata-se, portanto, do problema da *racionalidade económica*. Ainda antes da sua fase popperiana, Hans Albert demonstrou¹⁷ a inexistência de um problematização “puramente” económica e com isso a impossibilidade de uma ciência da economia autónoma, justamente na medida em que não era possível determinar um ponto de vista racional e autónomo sobre a economia. Pelo contrário, o que se verifica é que na problematização racional da economia convergem duas perspectivas distintas, a saber, a ética e a técnica, nomeadamente quando se trata de saber quais os *fins* que podem ou devem ser realizados de forma racional e em função dos *meios* efectivamente disponíveis. Ora o juízo sobre a qualidade racional dos fins associados com a utilização dos meios económicos disponíveis pressupõe a existência de um critério ético. Ou seja, a existência de uma ciência económica autónoma em relação à ética só é possível com base numa

¹⁷ ALBERT, Hans – *Ökonomische Ideologie und politische Theorie: Das ökonomische Argument in der ordnungspolitischen Debatte*. Göttingen: O. Schwartz, 1954.

redução sistemática desta questão, que é eminentemente qualitativa, a uma “pura” questão quantitativa. Ora é precisamente esta quadratura do círculo aquilo que se realiza na “suposta economia autónoma” (Hans Albert), facto que acontece mediante recurso a uma simples, mas frequentemente desapercebida, manobra, a saber, aquela que consiste em definir como objectivo supostamente formal e eticamente neutro da actividade económica racional a *maximização* (quantitativa) de uma utilidade arbitrária, deixada ao critério das preferências pessoais. Nessa medida, o problema da racionalidade económica fica reduzido a uma mera questão de *cálculo*, o que vai precisamente na linha de Thomas Hobbes, para quem “a razão não significa outra coisa senão cálculo”¹⁸, afastando-se concomitantemente da razão ético-prática na linha de Adam Smith e de Immanuel Kant. A Economia Política clássica, eticamente enquadrada, tal como os clássicos a tinham correctamente concebido, transforma-se assim, pelo menos do ponto de vista formal, numa ciência exacta, internamente desprovida de valores, perfeitamente acessível ao processo de matematização¹⁹.

A neutralização ética do problema da racionalidade económica, porém, não alcança dessa forma qualquer êxito, e isso numa dupla perspectiva. Em primeiro lugar, há que ter em conta que a *norma* referente à maximização da utilidade, por si só, não está dotada de um carácter razoável ou racional (Aristóteles já o tinha visto). Não é apenas aquilo que elas percebem como vantajoso, mas também a determinação razoável do que seja a justa medida no processo de alcançar a própria utilidade ou vantagem que deve ser deixado ao livre critério de *pessoas livres*. O pressuposto da maximização da utilidade, sobre a qual se funda a redução da questão qualitativa dos fins a uma problematização fundada no cálculo, e com isso a possibilidade de uma ciência económica autónoma, implica um paradoxal *determinismo racional*, o qual nega aos sujeitos da actividade económica a sua própria *autodeterminação autónoma*, ou seja, o núcleo mesmo da sua razão prática, reduzindo-os à condição de meros *homines oeconomici*, empenhados numa viciada busca de sucesso a todo o custo²⁰.

Mas não é apenas isso, pois mesmo que se aceite a infundada perspectiva economicista de identificar a racionalidade da actividade económica com a maximização do *output* em ordem a estabelecer a base requerida por uma perspectiva racional da actividade económica, nem por isso se poderá dizer que tenha tido sucesso o processo de neutralização da ética. Gunnar Myrdal,

¹⁸ HOBBS, Thomas – *Leviathan*. Herausgegeben von Iring Fetscher. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984, p. 32.

¹⁹ BRODBECK, Karl-Heinz – *Die fragwürdigen Grundlagen der Ökonomie: Eine philosophische Kritik der modernen Wirtschaftswissenschaften*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998, pp. 188 s.

²⁰ ULRICH, Peter – *Integrative Wirtschaftsethik*, cit., pp. 152 s., 188.

por exemplo, demonstrou²¹ não ser suficiente querer reduzir a totalidade da questão ética apenas aos fins da actividade económica. Na verdade, mesmo os *meios* escassos a serem geridos de forma racional não possuem apenas um valor instrumental em vista da maximização da utilidade dos bens com eles produzidos, mas possuem também um *valor* ético que lhes é *próprio*. Isto aplica-se, por exemplo, aos recursos naturais não-renováveis, especialmente aos “recursos humanos”. Não é certamente por acaso que a proibição kantiana de toda a forma de instrumentalização dos seres humanos (a assim chamada fórmula dos fins do Imperativo Categórico) constitui um dos princípios mais básicos e elementares entre as prescrições ético-rationais. Nesse sentido, torna-se claro que a actividade económica racional não pode negar o facto de que o valor do trabalho humano de forma alguma se pode limitar ao *output* com ele alcançado (valor de uso ou valor de troca), antes leva inscrito em si de forma essencial a própria “vida-de-trabalho”, ou seja, o seu significado imediato para a vida boa e para o desenvolvimento da respectiva personalidade dos homens e mulheres que trabalham. Hans Albert sublinhou²² sem reservas este ponto de vista de Gunnar Myrdal: “O problema da decisão permanece mesmo quando uma decisão ética preliminar a respeito dos objectivos a serem realizados tenha já sido tomada. (...) Se o objectivo não santifica o meio, se uma decisão sobre o sistema de fins a serem realizados não possibilita a *racionalização da aplicação dos meios*, então, sob o ponto de vista ético, não faz qualquer sentido resolver o problema em dois planos”, ou seja, defender um conceito-em-dois-mundos de ética (económica), por um lado, e, por outro, de uma ciência económica dela completamente separada, ou seja, absolutamente neutral em relação à ética.

A consequência sistemática é simples, mas de grande alcance: o problema da racionalidade económica precisa de ser, desde os seus mesmos fundamentos, de novo enquadrado no contexto prático-vital dos cidadãos, homens e mulheres livres que, de facto, nunca se comportam completamente de acordo com a “pura” lógica da maximização económica nem possuem um qualquer motivo racional para o fazer.

3. Economia Contextual: O mundo económico de homens e mulheres livres

Homens e mulheres livres não podem ser confundidos com marionetes do mercado, pois próprio do cidadão é conformar a sua actividade económica em conformidade com um projecto de vida mais amplo. Todos procuram agir

²¹ MYRDAL, Gunnar – “Das Zweck-Mittel-Problem in der Nationalökonomie”. In: *Zeitschrift für Nationalökonomie*. 6 (1933), pp. 305 s.

²² ALBERT, Hans – *Ökonomische Ideologie und politische Theorie*, cit., p. 21.

de forma racional na esfera da economia, mas isso certamente num sentido distinto da racionalidade económica própria aos *homines oeconomici* e às *feminae oeconomicae*, respectivamente. Seja como for, regra geral, eles não se definem apenas como proprietários de bens (*bourgeois*), mas como membros co-conformadores e co-responsáveis da sociedade e do Estado (*citoyens*). Concomitantemente, uma determinação elementar e realista da esfera da economia pode partir de três ideias fundamentais ou postulados-base, ainda que sucintos no seu conteúdo:

1. Os agentes económicos não são *homines oeconomici* formatados para um pensamento unidimensional, mas *cidadãos* inseridos na esfera da economia e possuídos por um (mais ou menos desenvolvido) sentido comum republicano.
2. A actividade económica é por eles entendida como um contributo *instrumental* orientado para a realização da vida boa.
3. Uma actividade económica racional pressupõe bem mais do que uma “pura” racionalidade económica, nomeadamente uma *ideia de racionalidade socioeconómica*, isto é, uma que seja capaz de pôr em relação a actividade económica com os projectos de vida dos respectivos actores, bem como com o modo como eles se representam a sua vida social comum.

Estes três postulados de base situam-se sempre dentro de um determinado contexto histórico, agora precisamente o de uma sociedade moderna e esclarecida composta por homens e mulheres livres e com direitos iguais. Desta forma, eles implicam inevitavelmente uma antecipação *normativa* em relação a um ideal racional, ideal este que (pelo menos até hoje no ocidente) se tem revelado como um projecto de progresso dominador da história e, assim sendo, se reveste de um conteúdo *real*. Toda e qualquer “visão pré-analítica” orientada normativamente²³ é inerente a toda e qualquer abordagem científica, mesmo quando esta não visa a orientação normativa (prática) do comportamento, mas tão-somente a explicação teórica da realidade tal qual ela é. Com efeito, podemos dizer que toda e qualquer tentativa de determinar de forma “objectiva” a realidade do mundo humano e social esbarra nessa característica fundamental e essencial do ser humano associada ao facto de ele ser *sujeito* cultural da sua própria “natureza”, da sua forma de vida e da sua própria *Lebenswelt*²⁴. Já pelas construções conceptuais mediante as quais não só descrevemos mas também caracterizamos a nossa própria *praxis*, nós permanecemos sempre prisioneiros da nossa história intelectual, a qual, sem cessar, perpetuamos. De resto, nem sequer as teorias académicas mais rigo-

²³ BIESECKER, Adelheid; KESTING, Stefan – *Mikroökonomik: Eine Einführung aus sozial-ökologischer Sicht*. München; Wien: Oldenbourg, 2003, p. 4.

²⁴ ULRICH, Peter – *Transformation der ökonomischen Vernunft*, cit., pp. 31 s.

rosas escapam a este enraizamento numa praxis configurada historicamente seja ao nível do pensamento seja ao nível da acção. Ou seja, para nós não existe qualquer escolha possível entre uma ciência económica e social normativamente pré-determinada e uma outra completamente neutra em relação aos valores, mas apenas a escolha entre excluir ou reflectir o “filtro” normativo através do qual ela aborda o seu próprio campo temático. Nestas circunstâncias, obviamente, o razoável consiste em pensar e esclarecer do modo mais pormenorizado possível as premissas normativas e implicações inevitáveis inerentes a toda e qualquer proposição teórica relativa aos mais diversos contextos praxeológicos, ao mesmo tempo que se estimula tanto os autores como os destinatários da ciência a tornarem-se cada vez mais conscientes e auto-críticos em relação a estes mesmos pressupostos e implicações.

Metodologicamente falando, porém, isto não significa a impossibilidade de uma ciência económica com grande valia empírica, capaz de dar explicações e de prognosticar, mas somente o *primado da razão prática sobre a razão teórica*. Mas isto quer também dizer que a pretensão de validade da teoria está sempre condicionada pelo contexto normativo da “vida económica” e por aquilo que o ser humano concreto, numa sociedade específica, pretenda desempenhar ou que seja capaz de desempenhar. Toda e qualquer ideia de uma administração “útil para a vida” dos géneros alimentícios no sentido mais amplo, toda e qualquer noção de uma actividade económica racional assim como toda e qualquer noção de um sujeito para a economia implica inevitavelmente uma tal antecipação normativa. Do carácter subjectivo dos (quase) objectos da ciência económica “objectiva” resulta a explicação, por exemplo, para o facto de que a competência prognosticadora, por exemplo ao nível dos estudos de conjuntura, da moderna investigação económica permanece ainda, apesar da sua sofisticação, muito limitada. Pode muito bem ser que a sua capacidade de fazer prognósticos seja tanto maior quanto mais e melhor os estudiosos da economia forem capazes de harmonizar o contexto teoricamente modelado com a vida económica factual e concreta e a própria auto-compreensão dos seus actores. Apesar disso será sempre possível que as “leis” sociais e económicas, destinadas a modelar e a prever o comportamento esperado dos agentes económicos, sejam desde logo simplesmente falsificadas mediante o facto de que esses agentes, enquanto pessoas dotadas de liberdade, podem de um momento para o outro desconsiderar todas as formas de determinismo racional do *homo oeconomicus* que lhes sejam atribuídas, actuando, literalmente, de forma voluntariosa.

Consequentemente, podemos dizer que a economia, independentemente de isso corresponder ou não à sua própria auto-compreensão, está condicionada em seu conteúdo de orientação prática e em seu conteúdo de orientação teórica pelo contexto normativo constituído pelo quadro, implícito ou explícito, de referência do que seja a vida boa e constitua a correcta forma de

cooperação social entre os actores da actividade económica. Por outras palavras: toda a teoria económica, na qual se inclui a ciência económica “pura”, constitui uma *socioeconomia* contextualmente enquadrada, ou seja, não existe uma ciência económica “pura” ou “autónoma”. Precisamente neste sentido, Max Weber tinha já criticado²⁵ não apenas a “unilateralidade”, mas também a “irrealidade da interpretação puramente económica dos acontecimentos históricos”²⁶, remetendo para a geral “significação cultural da estrutura socioeconómica da vida social humana”²⁷. Em última instância, é apenas o “acto de relacionar a realidade aos valores” que dá à ciência económica, como a ciência cultural que ela é, significação²⁸, significação esta que se altera com o decorrer da histórica cultural e social: “Em algum momento é a própria cor que muda, de modo que a significação dos aspectos tomados em consideração sem a devida reflexão se vai tornando cada vez mais insegura e o caminho se vai perdendo de vista com o entardecer. A luz do grande problema cultural afastou-se. É esse o momento em que a ciência se prepara para alterar o seu posicionamento e mudar o seu próprio aparato conceptual...”²⁹.

4. Do determinismo económico ao determinismo sociológico? O dilema da socioeconomia teórica

A “irrealidade” (Weber) de uma explicação meramente económica da realidade sugere uma concepção da ciência económica empírica como *socioeconomia teórica*, a qual toma em consideração o seu contexto histórico-normativo e reflecte sobre as predisposições dos sujeitos económicos bem como sobre os limites de princípio relativos à sua determinação objectiva. Uma socioeconomia neste sentido consciente do seu próprio contexto perde, para bem ou para mal, a sua autonomia em relação às (restantes) ciências sociais; ela implica uma *abertura* metodológica da ciência económica à realidade social mais alargada. Note-se, porém, que o que aqui se afirma é exactamente o contrário daquela *aplicação* socio-científica da “abordagem económica à explicação dos comportamentos humanos” que Gary S. Becker desenvolveu³⁰ e Bruno S. Frey sintetizou no ambíguo *motto* segundo o qual “a economia é uma ciência social”, sendo que no subtítulo do seu livro (“A aplicação da economia a novas

²⁵ WEBER, Max – “Die ‚Objektivität‘ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis”. In: WEBER, Max – *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 4. Auflage. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1973, pp. 146-214.

²⁶ Ibidem, p. 170.

²⁷ Idem, p. 165.

²⁸ Idem, p. 176.

²⁹ Idem, p. 214.

³⁰ BECKER, Gary S. – *Der ökonomische Ansatz zur Erklärung menschlichen Verhaltens*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1982.

áreas”) este haveria de ser claramente interpretado em sentido inverso à visão de Max Weber³¹.

Além do mais, uma das consequências da abertura da ciência da economia em relação às ciências sociais seria que ela seja absorvida, em última instância, pela sociologia da economia, ou seja, pela “sociology of economic life”³². Por motivos que têm muito a ver com a afirmação da sua própria identidade acadêmica, a grande maioria dos economistas nunca chegou a abraçar o processo de sociologização da sua disciplina, muito embora ela venha sendo afirmada desde há decênios por autores proeminentes, entre os quais, nos países de língua alemã, Hans Albert³³, autor cujo racionalismo crítico, contudo, teve ampla aceitação entre os economistas.

Em minha opinião, os políticos fazem muito bem em não “despejar a criança junto com a água do banho”. Aqui não se trata de renunciar ao princípio de identidade da própria disciplina, a saber, ao ponto de vista da racionalidade econômica, mas simplesmente de o desenvolver até ao ponto de o mesmo ser transformado numa perspectiva igualmente contextualizada do enquadramento da razão econômica ou de uma actividade econômica racional. Por outras palavras, a economia pode e deve permanecer enquanto socioeconomia uma ciência do *agir* racional, independentemente de o seu conceito de racionalidade funcionar como ideia reguladora orientadora da acção ou como modelo-*como-se* pelo qual se orienta, no sentido do método ideal típico de que fala Max Weber³⁴, a interpretação da realidade, nomeadamente no sentido de uma quase medida de distância em relação à especificidade da situação à luz de uma construção mental culturalmente significativa.

Caso a socioeconomia teórica se dissolvesse numa ciência empírico-analítica do comportamento, isso significaria não uma superação do determinismo econômico, o qual acima consideramos como sendo um “determinismo racional” paradoxal, mas apenas a sua substituição (ou em caso de forma mista: duplicação) por um *determinismo sociológico*. O *homo oeconomicus* como *undersocialized man* seria simplesmente substituído pelo *homo sociologicus*³⁵, aquele *oversocialized man*³⁶, o qual se comporta, qual marionete, como um

³¹ FREY, Bruno S. – *Ökonomie ist Sozialwissenschaft: Die Anwendung der Ökonomie auf neue Gebiete*. München: F. Vahlen, 1990.

³² GRANOVETTER, Mark – “Economic action and social structure: The problem of embeddedness”. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (ed.) – *The Sociology of Economic Life*. Boulder: Westview Press, 1992, pp. 53-81.

³³ ALBERT, Hans – *Marktsoziologie und Entscheidungslogik: Ökonomische Probleme in soziologischer Perspektive*. Neuwied am Rhein; Berlin: Luchterhand, 1967.

³⁴ WEBER, Max – “Die ‘Objektivität’ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis”, cit., pp. 190 s.

³⁵ DAHRENDORF, Ralf – *Homo sociologicus: Ein Versuch zur Geschichte, Bedeutung und Kritik der Kategorie der sozialen Rolle*. 14. Aufl. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1974.

³⁶ WRONG, Dennis H. – “The Oversocialized Conception of Man in Modern Sociology”. In: *American Sociological Review*. 26 (1961), pp. 183-193.

objecto totalmente heterónimo e controlado por factores de influência externos, carecendo de uma intencionalidade autónoma³⁷. Trata-se aqui de uma péssima alternativa, pois ambos os conceitos metodológicos de uma economia (social) determinística perdem de vista literalmente o ponto “decisivo”, a saber, o potencial emancipatório de uma autodeterminação racional, que nós, como cidadãos livres, pretendemos e devemos usufruir. Esta imputação da racionalidade adequada ao contexto de uma economia e de uma sociedade modernas pode, é lógico, ser refutada empiricamente no caso individual; mas em relação a isto a imputação puramente económica não é nada melhor. Nenhum dos dois conceitos de determinismo, nem o económico “puro”, nem o sociológico “puro”, é mais “realista” do que um princípio que mantém uma autodeterminação razoável, pois a pretensão de liberdade e de autodeterminação do ser humano é nos modernos um facto cultural básico, mesmo quando este, em casos individuais, pode ser submetido ao princípio da falsificabilidade. Por princípio, a pessoas livres permanece disponível a concepção do que, para elas, seja a razoabilidade económica, concepção esta que manterá sempre uma relação com o modo como elas se compreendem a si mesmas e com o modo como pretendem viver.

Uma economia moderna constitui, sem dúvida, a institucionalização de um complexo processo de cooperação social baseado no processo de divisão do trabalho. Por isso, a sua interpretação racional não é possível sem o recurso a ideias de fundo sobre o que significa uma economia enquadrada de forma racional no conjunto das relações sociais. Uma socioeconomia que reflecta o contexto social a que pertence deve antes de mais procurar entender o significado de uma sociedade bem ordenada composta por cidadãos, homens e mulheres, livres, em cujo contexto ela se propõe interpretar o processo económico em termos da sua própria racionalidade ou razoabilidade. De facto, é apenas à luz desta ideia de fundo que os juízos sobre a racionalidade socioeconómica podem encontrar um qualquer conteúdo fundamentado. Uma socioeconomia teórica que idolatre o determinismo sociológico, fazendo dele quase uma ciência natural, permanece não menos cega em relação ao significado sociocultural daquilo mesmo que ela procura explicar do que o determinismo económico.

O determinismo económico optou desde o início, implícita ou explicitamente, por um individualismo normativo estrito e pela ideia fundamental correspondente de um estrito liberalismo de mercado ou económico, ou seja, por uma sociedade de mercado total exclusivamente assente na lógica normativa do interesse mútuo³⁸. Mas isto de forma alguma se compatibiliza com o

³⁷ Cf. ULRICH, Peter – *Transformation der ökonomischen Vernunft*, cit., pp. 257 s.; GRANOVETTER, Mark – “Economic action and social structure: The problem of embeddedness”, cit., pp. 54 s.

³⁸ ULRICH, Peter – *Integrative Wirtschaftsethik*, cit., pp. 184 s.

“pluralismo razoável” de projectos de vida, como corresponderia ao princípio liberal no sentido de um liberalismo político esclarecido³⁹. Para se poder compreender esta incompatibilidade, ou mesmo contradição, entre o liberalismo económico puro e a ideia fundamental político-liberal de uma sociedade bem ordenada de cidadãos livres e, como tal, iguais, torna-se urgente – se nos é permitido formular o problema de forma análoga ao postulado da abertura da ciência social – proceder a uma abertura da socioeconomia tanto à filosofia política como à ética económica. De facto, segundo a terminologia aqui sugerida, só assim ela se poderá transformar numa socioeconomia com relevância prática.

5. Tensão entre liberdade civil e livre-mercado: Pontos de partida para uma socioeconomia prática

Um modo de agir no âmbito da economia e uma ordem económica enquadradas no contexto social moderno deixa-se determinar racionalmente de forma intersubjectiva no espaço aberto pelo uso público da razão por parte de cidadãos, homens e mulheres, maduros⁴⁰. Isto acontece sempre, ou frequentemente, no âmbito de um determinado percurso histórico já dado⁴¹, mas, enquanto tarefa civilizadora, por essência interminável, permanece, em princípio, aberto ao futuro. O que significa que não existe nenhum leito fixo sobre o qual a economia se possa deitar⁴². Para além de todos os paradigmas deterministas, a tarefa de *(re)enquadrar* socialmente a actividade económica constitui uma tarefa *prática* cujos sujeitos são os cidadãos, homens e mulheres, de uma sociedade democrática e livre, e isso na dupla perspectiva de eles serem autores e autoras da auto-determinação das suas próprias formas individuais de vida e actividade económica e membros de um Estado capazes de participar em regime de igualdade no processo de determinação da *res publica*, ou seja, na determinação pública dos princípios fundamentais de equidade e justiça inerentes à vida social de cidadãos livres.

A reflexão sobre princípios gerais acerca de uma sociedade bem ordenada de cidadãos livres (e como tal) iguais, é um tema clássico da filosofia política moderna, mais precisamente, do liberalismo político. Esta ideia central consiste em garantir igualmente e no máximo possível para cada membro da

³⁹ RAWLS, John – *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press, 1993, pp. 336 s.

⁴⁰ KANT, Immanuel – “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?”. In: KANT, Immanuel – *Werkausgabe*. Herausgegeben von Wilhelm Weischedel. 6. Aufl. Band XI. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1982, pp. 51-61; RAWLS, John – *Political Liberalism*, cit., pp. 212 s.

⁴¹ GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (ed.) – *The Sociology of Economic Life*. Boulder: Westview Press, 1992, pp. 17 s.

⁴² BIESECKER, Adelheid; KESTING, Stefan – *Mikroökonomik: Eine Einführung aus sozial-ökologischer Sicht*. München; Wien: Oldenbourg, 2003, p. 69.

sociedade – chamado “cidadão” – a maior extensão possível, em condições de igualdade, da liberdade real. Cada um tem o direito de buscar a felicidade de maneira que lhe seja própria, ou seja, dito de outra forma, a vinculação religiosa e política, a visão do mundo e a forma de vida são assunto privado, desde que não afectem o mesmo direito fundamental de outros cidadãos fazerem a sua livre escolha de religião, visão de mundo ou forma de vida. O Estado de Direito e a ordem por ele estabelecida é neutro em relação às diversas visões do mundo e imparcial em relação às diferentes formas de vida. O mencionado pluralismo “racional” significa precisamente esta determinação de apenas seguir aquelas visões do mundo, modos de acção e projectos de vida que sejam compatíveis com a estrutura de imparcialidade da justiça liberal. Daí resulta uma consequência altamente significativa: para que o Estado possa proteger esta ordem liberal, a qual deve proporcionar um pluralismo “racional”, de interesses particulares, poder e arbitrariedade, é imperioso afirmar o primado da política em relação aos livres jogos de força de natureza económico-social. Por outras palavras, o liberalismo político não tem nada a ver com *laissez-faire* e a arbitrariedade dos mais poderosos!

Dado que os titulares do poder real na sociedade, nomeadamente os detentores do poder do dinheiro, em termos de política real, e sempre que o queiram, se encontram frequentemente em condições de impor a sua vontade política, mesmo em contracorrente, por relação aos princípios de uma sociedade bem ordenada de homens e mulheres livres, não é possível, por via democrática, criar um Estado liberal sem a presença activa de cidadãos, homens e mulheres, portadores, por via de uma maioria democrática, de uma certa orientação moral, ou seja, de um saudável *sentido de cidadania*. Com isto estamos a referir-nos à capacidade de compreender as estruturas fundamentais de uma justiça liberal, bem como a disponibilidade de princípio para limitar, numa perspectiva racional, a procura da própria vantagem, do proveito próprio e do sucesso pessoal. De forma análoga às reflexões feitas sobre o que seja uma sociedade moderna de acordo com o princípio da metódica subordinação racional da socioeconomia, podemos também dizer que o quadro racional de orientação político-filosófica do liberalismo político não se mede pelos egoístas racionais, ou seja, por aqueles que se relacionam com os outros apenas em função do interesse na maximização das vantagens privadas, antes se mede por aqueles e aquelas que reciprocamente se respeitam e reconhecem como cidadãos livres e iguais e, precisamente por isso, *desejam* para si uma ordem económica e social de acordo com os princípios fundamentais do liberalismo político⁴³.

Racionalmente falando, nos princípios fundamentais de uma sociedade liberal assim entendida devem ser igualmente integrados a acção económica

⁴³ HINSCH, Wilfried – “Einleitung”. In: RAWLS, John – *Die Idee des politischen Liberalismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992, p. 17.

e o “livre” mercado. Daí se derivam *três pontos normativos “económicos” para uma socioeconomia prática*: primeiro, uma concepção político-liberal do cidadão económico moderno (secção 5.1.); segundo, uma perspectiva de fundo normativa para uma ordem económica verdadeiramente liberal (secção 5.2); e, em terceiro lugar, consequências metódicas para a relação entre a socioeconomia e a economia sistémica (secção 5.3.).

5.1. O *ethos* republicano do moderno cidadão económico

Os sujeitos económicos com um desenvolvido sentido de cidadania não desligam o seu comportamento económico da sua auto-compreensão como cidadãos de uma sociedade livre e bem ordenada, assim como não separam o seu “sentido de negócios” da sua condição de cidadãos livres. Precisamente neste sentido, o seu desejo é permanecer *íntegros* também no âmbito da vida económica. Um *ethos económico republicano*⁴⁴ assim entendido não pressupõe uma pessoa “boazona” e ingénua ou um “herói” da virtude, antes deixa aos agentes económicos um amplo espaço para o exercício de uma saudável ambição e de uma busca adequada de sucesso. O *minimum moralium* próprio a agentes económicos íntegros consiste apenas em que eles se comportem *dentro* das regras do jogo estabelecido pelo pluralismo razoável e não contra elas. Na medida em que se compreendem a si mesmos como agentes co-responsáveis, eles não sentirão isto como uma limitação, pois – e este é o ponto crucial do conceito de cidadania económica – a partir da sua completa (indivisa) auto-compreensão, eles não pretendem nenhum outro sucesso pessoal para além daquele que, à luz do da sociedade em que pretendem viver e em relação à qual eles se compreendem como membros, eles próprios considerem ser legítimo.

Ao contrário de uma suposição usual por parte daqueles que não conseguem pensar uma terceira via entre um puro egoísmo e um altruísmo abnegado, há que ter em conta que uma ética económica da cidadania de forma alguma exige dos actores económicos a renúncia total à busca do próprio interesse ou proveito, mas apenas lhes exige uma busca do sucesso que seja possível alcançar de forma *ética*⁴⁵. Neste sentido, ou seja, na medida em que uma tal ética integrativa da economia não se reduz a uma economia moral, antes defende uma hierarquia justa entre um princípio moral eticamente razoável e um “princípio do interesse próprio” (primado da ética), deve-

⁴⁴ ULRICH, Peter – *Integrative Wirtschaftsethik*, cit., pp. 299; 317.

⁴⁵ ULRICH, Peter – “Integrative Wirtschaftsethik: Grundlagenreflexion der ökonomischen Vernunft”. In: *Ethik und Sozialwissenschaften*. 11 (2000), p. 557; Id. – “Integrative Wirtschaftsethik im Rationalitätenkonflikt”. In: *Ethik und Sozialwissenschaften*. 11 (2000), pp. 637 s.; Id. – *Der entzauberte Markt: Eine wirtschaftsethische Orientierung*. Freiburg i. Br.; Basel; Wien: Herder, 2002, p. 106.

mos também dizer que uma ética económica da cidadania não é uma “ética do sacrifício” ingénua e sem perspectivas⁴⁶, mas, pelo contrário, representa o interesse próprio esclarecido e *legítimo* de cidadãos socialmente integrados e conscientes das suas responsabilidades no contexto de uma sociedade liberal. Numa sociedade de cidadãos livres, e isso em completa contraposição à concepção economicista de Pies, a preservação da dignidade humana não pressupõe a violação do próprio interesse⁴⁷. Em nosso entender, pelo contrário, ao contexto ético-político da racionalidade económica pertence a mencionada *suposição de racionalidade político-liberal* segundo a qual dos cidadãos agentes da economia se espera tomem em consideração o respeito pelos pressupostos da comum liberdade. Sem esta suposição mínima da razão prática seria de antemão inútil a busca de uma efectiva ordem económica racional, pois a alternativa seria a recusa do pluralismo racional (Rawls) em favor de uma particular visão do mundo dogmáticamente defendida, mesmo que essa seja a de um puro liberalismo de mercado, como se verá a seguir (parágrafo 5.2). Nesse sentido, a socioeconomia prática começa por ser uma perspectiva intelectual no sentido de “civilizar” o *homines oeconomici* do mundo de pensamento neoclássico e, nesta base, oferecer lições de cidadania económica aos reais sujeitos da actividade económica em seu mesmo processo de formação.

Uma cidadania económica íntegra não pode mais considerar o princípio neoclássico de racionalidade económica próprio do *homo oeconomicus* como critério suficiente de razoabilidade na actividade económica. Um tal critério deveria, de acordo com a sua orientação para um sucesso eticamente integrado, incorporar o ponto de vista ético já na própria noção e na ideia fundamental da razão económica. Partindo da concepção fundamental da ética discursiva e da filosofia política segundo a qual cidadãos livres e maduros se devem entender sobre os princípios da sua própria vida em comum, no que se inclui a actividade económica comum, mediante o uso público da razão (Kant), a integração ética da racionalidade económica pode ser definida nos termos de uma *ideia regulativa da racionalidade socioeconómica*⁴⁸: como economicamente racional (socioeconomicamente racional) devem valer apenas aquelas formas de actividade económica que, por um lado, na perspectiva dos projectos pessoais dos agentes em termos do que considerem ser a vida boa, seja produtora de valor, ou seja, eficiente, e que, por outro, seja defensável pelos mesmos com base em motivos razoáveis (i.e. passíveis de fundamentação imparcial) perante todos os outros sujeitos implicados no processo.

⁴⁶ PIES, Ingo – “Wie integrativ ist die Integrative Wirtschaftsethik Peter Ulrichs? Über die Reflexionsdefizite einer sich kritisch gerierenden Grundlagenreflexion(spolemik)”. In: *Ethik und Sozialwissenschaften*. 11 (2000), p. 605.

⁴⁷ Ibidem, p. 605.

⁴⁸ ULRICH, Peter – *Integrative Wirtschaftsethik*, cit., pp. 120 s.

Esta ideia de racionalidade socioeconómica de forma alguma nega ou negligencia a perspectiva puramente económica no que diz respeito ao uso de meios escassos, antes imbuí este princípio, em contraposição com a abstracção própria da economia neoclássica, com a dimensão prática da vida ao incorporar na resposta racional à questão lógica primordial relativa ao *para quê* e ao *para quem* concreto da eficiência na actividade económica. Assim entendida, a razão económica total compreende sempre três momentos de racionalidade na acção: sentido, justiça e eficiência *em relação* a condições esclarecidas no que se refere às orientações de sentido e à legitimidade. Naturalmente, esta ideia reguladora da racionalidade socioeconómica não constitui nem mais nem menos do que o *moral point of view* de uma ética racional da actividade económica. Reconhece-se, assim, como tarefa de uma socioeconomia prática devidamente fundamentada e orientada a análise das reais possibilidades e dificuldades de uma actividade económica racional em contextos situacionais concretos, de modo a apoiar e a promover de forma científica o uso público da razão por parte dos cidadãos.

5.2. O modelo de cidadania no contexto de uma ordem económica liberal

O cidadão está sempre antes do mercado “livre”. Este é o princípio em que assenta a diferença básica entre liberalismo político e mero liberalismo económico. A tarefa daí derivada de “civilizar” a *economia de mercado* levanta dois problemas específicos de ordem política, para os quais a socioeconomia prática deve oferecer uma solução.

Antes de mais, há que ter em conta que a lógica da economia de mercado baseada na troca de vantagens não está livre de tensões com o postulado político-liberal da neutralidade e da imparcialidade da ordem social em relação aos diversos projectos de vida. A *lógica do mercado* é parcial em favor de uma noção de forma de vida empresarial em sentido amplo, que se orienta para o sucesso económico no mercado (quer seja no mercado de bens, no mercado de prestação de serviços ou mercado de trabalho). Sob as condições do capitalismo, que se apoia no direito de disposição das empresas sobre a propriedade do capital, a parcialidade sistemática em relação aos interesses de utilização da renda, mais especificamente, do capital, significa a parcialidade a favor daqueles que dispõem de capital aproveitável independentemente da sua forma (capital financeiro, capital material ou capital humano)⁴⁹. Exactamente por isso uma sociedade livre não deve ser totalmente pensada como uma sociedade de mercado! A economia neoclássica tradicional oculta esta parcialidade estrutural de uma “livre” economia de mercado baseada na propriedade privada, pela “ficção comunista”⁵⁰ de uma eficiência geral (na linha

⁴⁹ Ibidem, pp. 148 s.

⁵⁰ MYRDAL, Gunnar – *Das politische Element in der nationalökonomischen Doktrinbildung*. 2. Aufl. Bonn-Bad Godesberg: Verlag Neue Gesellschaft, 1976, pp. 48, 113, 129.

de Pareto), pela qual todos se aproveitariam. Isto chega a ser, do ponto de vista da filosofia política, uma concepção equivocada de um sujeito económico colectivo que como *um* homem, nomeadamente *homo oeconomicus*, age em função da maximização do seu “bem-estar nacional”. A aplicação normativa deste ponto de vista aproxima-se de um postulado supostamente racional de uma política económica orientada de maneira prioritária para a produtividade e para o crescimento, com a respectiva preferência por receitas de liberalização do mercado, de desregulamentação da concorrência e de privatização da prestação de serviços públicos.

Tal como Rawls⁵¹ mostrou com especial ressonância, a ficção utilitária do bem comum inerente ao liberalismo económico viola de maneira precária o *princípio liberal* que ele, em contraposição a todos os aspectos económicos (de eficiência), especificou como sendo o seu primeiro e prioritário princípio de justiça: “Cada um tem o mesmo direito ao mais extensivo sistema global de liberdades fundamentais iguais, que a todos seja possível”. Justiça no sentido do liberalismo político significa também que uma sociedade liberal deve de forma categórica garantir a mesma e a maior liberdade possível a todos os cidadãos. Pelo menos a este respeito, é necessário integrar a lógica do mercado na estrutura fundamental de uma sociedade liberal e subordiná-la ao primado da política.

Neste momento, uma segunda questão se coloca, nomeadamente acerca do que seja um conceito exacto de liberdade, pois é preciso clarificar se esta deve ser definida apenas de maneira *formal* no sentido imposto pelo Estado de Direito, a saber, a do igual direito de liberdade para todos os cidadãos, ou, por outro lado, se ela se estende também aos pressupostos socioeconómicos de uma *liberdade real*, entendida como a capacidade concreta, no âmbito do “pluralismo razoável” (Rawls), de perseguir um projecto de vida determinado por si próprio? No segundo caso trata-se de garantir uma justa igualdade de oportunidades, assegurando inclusive uma divisão do resultado da concorrência própria da economia de mercado que seja compatível com a liberdade. Assim, apenas são compatíveis com o princípio de liberdade real as condições de vida que possibilitam aos sujeitos uma opção essencial por uma vida de cidadania completa e com igualdade de tratamento, sem que eles sejam excluídos da efectiva participação na normal vida social, o que acarretaria tanto a perda do respeito social como do respeito por si próprio. Isto pressupõe, naturalmente, uma sociedade “decente”, ou seja, uma sociedade em que nenhum dos seus membros seja humilhado em virtude da sua situação real de vida⁵². A liberdade real geral não pode, por isso, ser separada das reais

⁵¹ RAWLS, John – *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

⁵² MARGALIT, Avishai – *The Decent Society*. Translated by Naomi Goldblum. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996.

condições socioeconómicas. Em relação a este contexto, a noção rawlsiana de liberalismo político permanece especialmente imprecisa e ambivalente. Daí a minha preferência pela noção de *liberalismo republicano*⁵³, pois, quanto a nós, ao *ethos* da cidadania republicana está intimamente associado o interesse moral dos cidadãos em serem mutuamente respeitados e reconhecidos enquanto seres livres e iguais. Mas isto implica o interesse de todos na criação de condições de vida não humilhantes para cada membro da sociedade, pois é apenas como membros socialmente integrados da sociedade que os seres humanos se encontram aptos a desenvolver a sua identidade pessoal como cidadãos livres e que mutuamente se respeitam.

Pressupondo que os sujeitos económicos têm uma liberdade incondicional “natural”, e subordinando – no seu individualismo metodológico – toda a interacção e constituição socioeconómica aos indivíduos⁵⁴, a axiomática neoclássica, vista desta perspectiva, parte de uma ideia do ser humano como sujeito dotado de uma identidade pessoal pré-social, o que é, do ponto de sócio-psicológico, algo que está longe da realidade. Pelo contrário, o esclarecimento e a consideração dos pressupostos sociais e económicos, sob os quais efectivamente se desenvolvem a capacidade de liberdade e de autonomia das pessoas e sob as quais elas podem levar um vida realmente livre, pertencem às mais nobres, ainda que também mais exigentes, tarefas da socioeconomia prática. A actualidade e o poder explosivo do questionamento de matriz socioeconómica situa-se, não por último, no facto de que somente respondendo a ela se encontrarão os pontos de orientação racionais para uma política social liberal e emancipadora que, em virtude de um bem compreendido princípio liberal, merecem preferência diante da promessa de eficiência do liberalismo económico.

5.3. A relação entre a socioeconomia e a economia sistémica

A justa medida de autonomia *relativa* e a “obstinação” permitida pela lógica sistémica da economia de mercado deve ser compreendida como uma determinação normativa, a qual não se realiza na teoria, por um qualquer especialista, mas na praxis, no contexto de um uso público da razão por parte dos cidadãos. Com efeito, constitui tarefa específica da socioeconomia prática, diante das condições fácticas de natureza político-económica, validar, nomeadamente a partir de uma distância reflexiva crítica e da forma mais imparcial possível, a sua perspectiva de orientação integrada relativa à razão-

⁵³ ULRICH, Peter – *Integrative Wirtschaftsethik*, cit., pp. 295 s.

⁵⁴ Cf. ULRICH, Peter – (Review of:) BIERVERT, Bernd; HELD, Martin – *Das Menschenbild der ökonomischen Theorie: Zur Natur des Menschen*. Frankfurt am Main; New York: Campus, 1991 (224 p.). In: *Journal of Institutional and Theoretical Economics* (1992), n. 148, pp. 520-524.

bilidade económica, e isso, portanto, na sua qualidade de *socioeconomia crítico-normativa*.

Em virtude da necessária abertura da socioeconomia prática a uma praxis político-económica e político-social, ela não deve opor-se como alternativa total à tradicional *economia sistémica e funcional* “pura”, na qual se manifesta a lógica neoclássica da troca de vantagens no mercado. Esta última tem certamente lugar na socioeconomia prática, ainda que apenas numa perspectiva sistemática com parcial pretensão, a saber, numa perspectiva puramente funcional, de racionalidade, a qual não deve ser desincorporada do contexto total em que se desenvolve a actividade económica razoável. O antigo dualismo aristotélico entre uma economia de satisfação das necessidades da vida prática (*oikonomia*) e uma economia tendencialmente independente e centrada na aquisição (*crematística*), com a qual começámos no nosso primeiro ponto, funciona para o mundo moderno, ainda que de forma alterada, como uma real linha de tensão. Este dualismo, e a tensão por ele provocada, não pode ser suprimido nem na “teoria”, nem tão pouco na realidade social; pelo contrário, é necessário mantê-lo em aberto, nomeadamente no âmbito do programa dualístico da socioeconomia crítico-normativa e da economia sistémica funcional. Esta, com efeito, tem a tarefa de analisar a “obstinada” lógica sistémica inerente ao processo concorrencial da livre economia de mercado; aquela, por seu lado, tem a tarefa de fundamentar o adequado enquadramento normativo do sistema da economia de mercado na perspectiva de uma razão vital e prática, o que faz com que ela, do ponto de vista sistemático, tenha o primado em relação à primeira.

A socioeconomia prática, enquanto noção superior e envolvente, deve compreender de forma consequente uma e outra perspectiva, mas não num sentido meramente aditivo: o postulado da integração ética da racionalidade económica manifesta-se, do ponto de vista sistemático-científico, no primado da socioeconomia crítico-normativa sobre a economia sistémica funcional. Na medida em que num tal dualismo de perspectivas assimétricas se toma igualmente a sério a latente “obstinação” funcional do sistema de economia de mercado existente na realidade, é que a natureza do perigo de um desencaideamento excessivo e o do daí resultante desafio para uma economia socialmente enquadrada se torna realmente acessível à argumentação.

Saber até que ponto o primado da socioeconomia crítico-normativa representa um conceito “realista” diante da economia sistémica funcional e, com isso, até que ponto a “socioeconomia prática” constitui ou não um programa com perspectivas de futuro é uma questão que só poderá ser decidida, mais do que no âmbito da teoria, a partir da própria praxis social. É muito possível que de momento ela seja apenas uma ideia da razão; contudo, como acabei de demonstrar, ela representa o modelo de economia mais adequado a uma sociedade constituída por cidadãos e agentes económicos livres e maduros;

mais ainda, ela representa certamente a forma mais interessante de uma programática científico-económica⁵⁵. Ela tornar-se-á verdadeiramente actual quando, finalmente, um grande número de cidadãos e agentes da economia, no exercício da sua própria racionalidade económica e num sentido eminentemente prático, se sentirem por ela estimulados e provocados.

⁵⁵ Cf. ULRICH, Peter – *Transformation der ökonomischen Vernunft*, cit., pp. 354 s.; veja-se também ULRICH, Peter – “Wirtschaftsethik als praktische Sozialökonomie: Zur kritischen Erneuerung der Politischen Ökonomie mit vernunftethischen Mitteln”. In: BREUER, Markus; BRINK, Alexander; SCHUMANN, Olaf J. (Hrsg.) – *Wirtschaftsethik als kritische Sozialwissenschaft*. Bern; Stuttgart; Wien: Haupt, 2003, pp. 157 s.